

# Arinos e Cabral insistem na busca de um consenso para a Constituição

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) afirmou ontem, após dez horas de reunião com os Líderes do PMDB e os relatores adjuntos, que não há outra forma para se fazer uma Constituição, senão pelo consenso. Expressando-se dentro do mesmo espírito, o Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), assegurou estar trabalhando em busca do consenso sobre os pontos polêmicos e que gostaria de conquistá-lo antes de examinar as emendas apresentadas à Comissão de Sistematização: "No que não houver consenso vou manter o que está no atual anteprojeto".

Cabral disse não desejar introduzir sua opinião pessoal no projeto de Constituição, o que só ocorrerá quando der o parecer sobre as emendas encaminhadas ao anteprojeto. O prazo para a apresentação dessas emendas começa domingo, dia em que o Relator deverá entregar seu primeiro substitutivo.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), considerou razoável a reunião realizada ontem pela manhã na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Segundo Covas, "a Constituição vai representar razoavelmente o sentimento médio da população".

Além de Covas e Ulysses, participaram da reunião: o Relator Bernardo Cabral; o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA); o Líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP); o assessor da Presidência da Constituinte, Miguel Reale Jr.; o Deputado José Serra (PMDB-SP) e os Senadores José Inácio Ferreira (PMDB-ES) e Wilson Martins (PMDB-MS). À exceção de Sant'Anna e de Arinos, os demais vêm se reunindo três vezes por dia desde quarta-feira para elaborar o projeto.



Durante horas, na casa de Ulysses Guimarães, as principais lideranças do PMDB debateram com Arinos

ta-feira para elaborar o projeto.

Cabral foi um observador privilegiado da reunião. Sem o esboço do projeto, que prometeu para quinta-feira, ouviu muito e evitou adiantar as posições que assumirá no substitutivo. É assim que se tem comportado desde que foi escolhido Relator. Ele é constantemente assediado por representantes das mais diversas correntes, representadas ou não no Congresso, que vão do Governo à Igreja, passando pela OAB, empresários e militares.

Sábado, por exemplo, escutou silenciosamente um conselho do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em um almoço: "Deputado, uma Constituição deve ser elaborada respondendo a duas perguntas básicas: para que povo está sendo feita e em que momento disse".

## Serra anuncia acordo: a União deve mandar 3 orçamentos ao Congresso

BRASÍLIA — O Deputado José Serra (PMDB-SP), Relator da Comissão do Sistema Tributário, disse ontem que "houve um avanço" no acordo feito entre as lideranças do PMDB e os relatores-adjuntos, a respeito da questão orçamentária. Segundo ele, pela proposta, a União deverá apresentar três orçamentos ao Congresso Nacional: o plurianual, um com a previsão de investimentos para as empresas públicas e também um orçamento com os investimentos previstos para a área social.

Serra elogiou a redução do período, entre a eleição e a posse, para

prefeitos, governadores e presidente da República. Pelo acordo firmado no domingo, o período deve ser reduzido de quatro meses para 45 dias — a posse ocorreria no dia 1 de janeiro e não em 15 de março.

O parlamentar paulista disse que a tendência de quem ocupa cargo executivo, após a eleição, é empenhar, entre a eleição e a posse do eleito, recursos do orçamento. E comentou: "Um dos principais fatores de desorganização administrativa quando começa um governo vem daí", afirmou.

## Parlamentares pagarão mais Imposto de Renda

BRASÍLIA — Deputados e Senadores perderão o privilégio de pagar Imposto de Renda somente sobre a parte fixa de seus subsídios — o que corresponde a pouco mais de 15 por cento do total que recebem — conforme o anteprojeto de Constituição que está sendo preparado pelos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização. A proposta, que está obtendo o apoio do "grupo interpartidário de consenso", estabelece o mesmo salário para Deputados e Senadores (hoje, os Senadores acabam recebendo mais em função de be-

nefícios indiretos) e o pagamento do Imposto de Renda sobre o total, incorporando ao subsídio o jeton (pagamento em função da presença do parlamentar em plenário), os auxílios moradia, transporte e material.

A ideia de retirar os privilégios dos Deputados e Senadores existe desde a Comissão de Sistema Tributário, cujo Relator foi o Deputado José Serra (PMDB-SP), que tem participado das reuniões do "grupo interpartidário de consenso" na parte relativa à tributação. Atualmente, um Deputado recebe, por

mês, cerca de CZ\$ 170 mil, entre a parte fixa e as variáveis, pelos pagamentos de jetons e auxílios moradia, transporte e material para escritório. Mas, deste total, o pagamento do Imposto de Renda incide, somente, sobre a parte fixa. Os Senadores chegam a receber aproximadamente CZ\$ 230 mil, dependendo do número de sessões extraordinárias realizadas.

Este mesmo privilégio do não pagamento do Imposto de Renda sobre o total dos vencimentos é também dos Ministros dos Tribunais Superiores e dos militares.

## Senador acha que pode haver acordo sobre a reforma agrária

BRASÍLIA — A cúpula da Comissão de Sistematização discutiu ontem uma fórmula para a reforma agrária que, na opinião de um dos relatores-adjuntos, o Senador Fernando Henrique Cardoso, poderá levar ao consenso. Essa fórmula estabelece a possibilidade de um recurso judicial de julgamento sumário, que permite ao proprietário rural a tentativa de sustar a imissão imediata da posse, informou o Senador.

Segundo o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o prazo para o recurso seria de 30 dias.

Se no período, porém, o juiz não conceder a liminar, será feita a imissão imediata da posse. A ideia é do professor José Afonso da Silva, assessor do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas.

Mesmo perdendo nessa primeira fase, o proprietário rural poderia recorrer novamente ao Judiciário. Desta vez, no entanto, o recurso seria normal. Se vitorioso, o proprietário não teria de volta a área desapropriada mas receberia em dinheiro o valor da desapropriação. Caso perca, receberia a quantia em titu-

los da dívida agrária.

Carlos Sant'Anna disse, entretanto, que não houve, na reunião de ontem na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, acordo sobre a reforma agrária. Ele afirmou que o grupo de Mário Covas se empenha em que as desapropriações sejam feitas com base no princípio da função social da terra. Já o grupo "moderado", segundo Sant'Anna, lembra que o programa do PMDB fala, na questão da reforma agrária, em terras irredutíveis e no minifúndio inviável.

## 'Rascunho' da Carta ainda será muito alterado

BRASÍLIA — O "rascunho" da nova Constituição — discutido ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o Presidente e o Relator da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pelos relatores-adjuntos e o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP) — ainda será submetido a duas rodadas de alterações na Comissão, antes de chegar ao plenário.

Pelo cronograma da Assembléia, que até agora foi rigorosamente cumprido, o Relator deve apresentar o seu primeiro substitutivo até o dia 23. A partir daí, ele poderá receber mais emendas. Com elas, Cabral redigirá o segundo texto, que será votado pela Comissão a partir de 11 de setembro.

Com a aprovação do segundo substitutivo, encerram-se, a 16 de setembro, os trabalhos da Comissão. O projeto de nova Carta só poderá, então, ser emendado pelo plenário, onde devem ser travadas as principais batalhas político-ideológicas de definição do texto constitucional.

O primeiro substitutivo de Cabral será publicado e distribuído aos constituintes, que poderão apresentar novas emendas entre os dias 20 e 30. Também nesse período as emendas populares serão defendidas, em plenário, por um parlamentar ou por qualquer liderança civil indicada pelos subscritores da emenda.

A partir do dia 31, Cabral terá oito dias para trabalhar no segundo substitutivo, que será encaminhado à Comissão a 7 de setembro. No dia 10 serão apresentados os pedidos de destaque, para que a Presidência e a Secretaria da Comissão organizem a votação até as 20h do dia seguinte. O substitutivo será votado por título ou por capítulo, de acordo com entendimentos entre as lideranças partidárias. As emendas e pedidos de destaque, para fins de votação, serão classificados de "supressivas", "substitutivas", "aditivas" ou "modificativas" e nesta ordem serão encaminhadas para votação.

A votação do substitutivo será iniciada às 20h do dia 11 e terminará, pelo cronograma, à meia-noite do dia 16. O texto aprovado será encaminhado para votação pelo plenário da Assembléia no dia 17.